



**ANS**

## DOCUMENTO DE TRABALHO

Data:

23 MAI 2007  
15H00

Audiência com Exmo. Sr. General CEMFA - General Luís Evangelista Araújo

Delegação da ANS: António Lima Coelho - SAJ/FAP - Presidente da Direcção;  
David' Pereira - SMOR/ARM - Vice-Presidente da Direcção;  
Domingos Eugénia - SCH/EXE - Vice-Presidente da Direcção;  
José Pereira - 1SAR/FAP - Vice-Presidente da Direcção;  
José Gonçalves - SAJ/FAP - Tesoureiro.

- **Situação da implementação da ADM:**

Transmitir a nossa preocupação relativamente aos atrasos que se verificam no pagamento das participações e a indefinição de quando a situação será regularizada, bem como as dificuldades acrescidas para os reformados e viúvas, decorrentes do aumento drástico de despesas de saúde e da degradação assistencial e qualitativa na assistência na doença.

Referir a nossa posição quanto à quotização para o IASFA, bem como a nossa preocupação quanto à manutenção do próprio IASFA e do seu (nosso) património.

- **Alteração das regras de passagem à Reserva e Reforma**

Abordar a questão da clarificação sobre a aplicação das alterações das regras de passagem à Reserva e Reforma, que esclareça os militares para que saibam com o que podem contar.

Referir o elevado impacto negativo que teve na motivação do pessoal, a alteração unilateral das referidas regras bem como o facto terem sido indeferidos a generalidade dos pedidos de passagem à Reserva, contrariamente ao que aconteceu nos outros dois ramos.

- **Promoções**

Questionar sobre qual a posição da FAP perante o elevado número de 1SAR colocados no quinto escalão e que continuam sem perspectivas de progressão ao posto seguinte.

O DL 70/2005, de 17 de Março não só não veio resolver o problema, como criou mais dificuldades pela indefinição de futuro e pela criação de uma bolsa de "supranumerários" cujo futuro não é claro.

Referir os insistentes boatos que circulam de que os 1SAR com 15 anos de posto irão ser promovidos com nova medida extraordinária, bem como os rumores sobre eventuais "fusões" de especialidades.

- **Desempenho de funções**

Com a publicação do DL 70/2005, de 17 de Março, os Sargentos da FAP viram as suas funções desvalorizadas, comparativamente com os outros Ramos. Os 1SAR passaram a ser apenas executantes, nos termos do EMFAR, situação contrastante com a realidade pois em todas as unidades podemos encontrar 1SAR que têm funções de chefia, coordenação, controlo e supervisão.

Apesar disso continua sem ser reconhecido à esmagadora maioria desses militares o desempenho de funções de posto superior, quer por falta de propostas dos seus comandantes, quer por via do indeferimento dos requerimentos dos próprios, quer ainda por falta de resposta objectiva aos requerimentos entretanto apresentados. O recente Despacho 38/2007 do CEMFA não conforma com o EMFAR.

Esta é uma situação que atinge umas largas centenas de 1SAR e SAJ com funções de supervisores de manutenção, inspectores de produção, inspectores de certificação, inspectores de qualidade, supervisores de meteorologia, comunicações, controlo aéreo, chefes de sector, chefes de equipa, etc.

Referir a inexistência de SMOR nalgumas unidades enquanto noutras existem vários, mesmo em funções não compatíveis com o seu posto. A função de um SMOR enquanto adjunto do Comandante para as questões do pessoal é fundamental, é unificadora e dignifica a própria categoria.

De acordo com o Decreto-Lei que regulamenta a sua existência, os Conselhos de Especialidade, enquanto órgão de consulta do CEMFA para questões dos recursos humanos no âmbito das respectivas especialidades, deverão ter uma acção mais consistente com este articulado.

- **Ultrapassagens no sistema retributivo**

Mantém-se a situação dos SAJ mais modernos a auferirem vencimento superior aos mais antigos, do mesmo posto.

Foram feitos requerimentos ao MDN (Paulo Portas) que respondeu que o problema iria ser resolvido. Passados mais de dois anos e face à ausência de resolução, os militares voltaram a questionar o MDN, cujo gabinete endereçou os requerimentos para o DGPRM, Dr. Alberto Coelho. Este respondeu aos SAJ, usando termos pouco próprios, referindo que cabe aos Chefes dos ramos resolver o problema, quando em situação análoga, uns anos antes o então CEMFA (Gen. Aleixo Corbal) respondeu aos seus comandados que a matéria carecia de resposta na esfera legislativa e que esta estava fora da competência dos chefes militares. O número de militares abrangidos por esta distorção injusta é incomparavelmente pequeno quando comparado com o aspecto negativo gerado e a sua consequente desmotivação.

- **Deslocalização de frotas**

A possível colocação da frota "P-3P" na BA11, em Beja, depois de no ano passado ter sido assegurado pelo então CEMFA (Gen. Taveira Martins) que seria destinada ao AM1, Ovar, bem como a transferência da frota "Aviocar", ou do seu substituto para a BA6, Montijo, tem causado grande inquietação entre os militares colocados naquelas unidades aéreas, bem como instabilidade nas respectivas células familiares.

Seria importante acautelar estas mudanças para que tivessem o menor impacto possível nos agregados familiares, sem contudo colocar em causa a missão.

No caso da frota P-3, caso se entenda concretizar essa transferência, poder-se-ia, atempadamente lançar um convite de modo a que os militares que estivessem interessados em ir para aquela unidade, fossem colocados na BA6 para receberem tão breve quanto possível formação na aeronave.

- **Formação e Quadros Orgânicos**

Transmitir a preocupação pelos anos sucessivos sem existência de CFS nalgumas especialidades, ou quando existiam serem em número reduzido, agravando-se essa preocupação quando se torna conhecido que em muitas especialidades o número de elementos que abandonaram as fileiras é superior ao número de elementos que ingressaram.

Reafirmar a nossa ambição da existência de uma Escola Nacional de Sargentos das Forças Armadas, com a conseqüente uniformização de procedimentos, redução de custos, quando o advento das missões conjuntas e combinadas se torna tão evidente.

- **Degradação de Vencimentos**

Transmitir a nossa reiterada preocupação com a degradação dos vencimentos muito para além da perda de equidade externa nos últimos 25 anos, relativamente às chamadas profissões de referência. Tomando apenas como referência os últimos oito anos, e se a nossa actualização de vencimentos tivesse apenas acompanhado o valor da inflação (sem aumentos reais, portanto) estaríamos hoje a auferir em média mais 10% sobre o valor dos nossos actuais vencimentos.

Esta situação agrava-se quando estamos perante um "congelamento" que já dura há mais de dois anos.

Julgamos ser pertinente e urgente propor a revalorização do índice 100 e a revisão para actualização do valor fixo do Suplemento da Condição Militar.

- **Dívida do Estado à Família Militar**

Estes dados, até agora não desmentidos por entidade alguma, constam do "Relatório da Comissão de Inquérito ao Incumprimento da Legalidade Democrática". Esta comissão promovida por quatro associações socioprofissionais elenca neste documento incumprimentos de diversas normas cuja consequência é uma enorme dívida para com a Família Militar, crescente em cada mês que passa, e que ascende já a 1.000.000.000 €.

Esta dívida, a sua não resolução, a inexistência de vontades tendentes à sua liquidação, inquinam o clima de confiança e motivação necessário ao bom desempenho de umas Forças Armadas. A sua solução terá obrigatoriamente de passar por um diálogo sério e frontal entre as diversas partes.

O protagonismo das associações nestas matérias permitirá aos chefes militares ficarem livres do ónus das questões socioprofissionais para se dedicarem em exclusivo à operacionalidade e à "coisa" militar.

- **Outras Questões**

Problemática da existência de escalas de Serviço constituídas por pessoal com formação menos apropriadas para alguns desses serviços como é o caso das escalas de graduados de serviço aos CCD que são maioritariamente constituídas por pessoal técnico e administrativo, bem como as escalas de serviço de Electricista de dia, com responsabilidades nas áreas de manutenção de postos de alta tensão e caldeiras de vapor e que são feitas por pessoal de electrónica e electricidade de avião (MELECA e MELIAV).

Desde o início deste ano, acompanhando a redução dos orçamentos atribuídos às unidades, que se assiste à diminuição da qualidade dos serviços das messes especialmente nas unidades operacionais, contrastando com os exemplos positivos de funcionamento das messes da BALFA e do COFA.

Degradação importante da qualidade dos serviços de limpeza com o advento da contratação de empresas em regime de "outsourcing", trazendo para dentro das unidades o contacto directo dos militares com funcionários civis alvo de situações de trabalho precário, salários em atraso, despedimentos, etc.